

Artigos – Gestão do Turismo

Turismo de eventos e políticas públicas: estratégias para o desenvolvimento das cidades

Event Tourism and Public Policies: Strategies for Urban Development

Turismo de Eventos y Políticas Públicas: Estrategias para el Desarrollo de las Ciudades

Yoná da Silva Dalonso¹ Ricardo Ricci Uvinha²

¹Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, SC, Brasil.

²Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

Palavras-chave:

Turismo de eventos;
Políticas públicas;
Modelo de entrelaçamento;
Qualidade de Vida.

Keywords:

Event tourism;
Public policies;
Intertwining model;
Quality of life.

Palabras clave:

Turismo de eventos;
Políticas públicas;
Modelo de entrelazamiento;
Calidad de vida.

Revisado em pares.
Recebido em: 07/09/2025
Aprovado em: 02/02/2026
Editora: Verônica Feder Mayer.

Resumo

O turismo de eventos, quando integrado às políticas públicas, pode fortalecer a qualidade de vida dos residentes e impulsionar o desenvolvimento sustentável dos destinos. Este artigo analisa a influência dos eventos na formulação de políticas públicas, aplicando o Modelo de Entrelaçamento, abrangendo um período de 1995 a 2024, a partir da análise da evolução das políticas públicas e dos eventos em Joinville, SC, Brasil. A pesquisa baseou-se em fontes secundárias e no método do ciclo de vida dos destinos, permitindo identificar quatro fases de desenvolvimento do turismo local. Os resultados demonstram que os eventos atuaram como catalisadores de governança e planejamento, contribuindo para a consolidação de políticas públicas e para a valorização da identidade cultural da cidade. Conclui-se que o modelo aplicado oferece um instrumento eficaz para compreender a relação entre eventos, políticas públicas e bem-estar dos residentes, servindo como referência para a gestão pública e a pesquisa na área.

Abstract

Event tourism, when integrated into public policies, can strengthen residents' quality of life and promote the sustainable development of destinations. This article analyzes the influence of events on public policy formulation by applying the Intertwining Model over the period from 1995 to 2024, based on an analysis of the evolution of public policies and events in Joinville, Santa Catarina, Brazil. The study relied on secondary sources and the destination life cycle approach, enabling the identification of four phases of local tourism development. The findings show that events acted as catalysts for governance and planning, contributing to the consolidation of public policies and to the enhancement of the city's cultural identity. It is concluded that the applied model provides an effective tool for understanding the relationship between events, public policies, and residents' well-being, serving as a reference for public management and research in the field.

Resumen

El turismo de eventos, cuando se integra a las políticas públicas, puede fortalecer la calidad de vida de los residentes y promover el desarrollo sostenible de los destinos. Este artículo analiza la influencia de los eventos en la formulación de políticas públicas mediante la aplicación del Modelo de Entrelazamiento, abarcando el período comprendido entre 1995 y 2024, a partir del análisis de la evolución de las políticas públicas y de los eventos en Joinville, Santa Catarina, Brasil. La investigación se basó en fuentes secundarias y en el método del ciclo de vida de los destinos, lo que permitió identificar cuatro fases de desarrollo del turismo local. Los resultados muestran que los eventos actuaron como catalizadores de la gobernanza y la planificación, contribuyendo a la consolidación de políticas públicas y a la valorización de la identidad cultural de la ciudad. Se concluye que el modelo aplicado ofrece un instrumento eficaz para comprender la relación entre eventos, políticas públicas y bienestar de los residentes, sirviendo como referencia para la gestión pública y la investigación en el área.



Como Citar: Dalanso, Y. S., & Uvinha R. R. (2026) Turismo de eventos e políticas públicas: estratégias para o desenvolvimento das cidades. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 20, e-3298, 2026. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v20.3298>

1 INTRODUÇÃO

O turismo tem sido reconhecido como um fenômeno capaz de induzir transformações econômicas, sociais e territoriais, assumindo papel crescente nas estratégias de desenvolvimento de destinos e cidades (Barbosa, 2024; Butler, 2009; Dioko, 2024). No interior desse campo, o turismo de eventos vem se consolidando como um segmento estratégico, ao mobilizar fluxos turísticos, promover visibilidade e favorecer dinâmicas de desenvolvimento local e regional (Getz, 2008; Whitford, 2011). Essa centralidade se intensifica em contextos urbanos, nos quais a realização de eventos passa a integrar agendas públicas e privadas, ativando recursos, infraestrutura e articulações institucionais que repercutem na organização do território e na governança do destino (Costa, 2006; Getz, 2012). Em termos gerais, organizações internacionais e entidades setoriais têm destacado o turismo como setor relevante para economias nacionais e locais, reforçando sua interface com políticas públicas e planejamento (World Travel & Tourism Council [WTTC], 2014).

Nesse contexto, os eventos deixam de ser compreendidos apenas como produtos turísticos pontuais e passam a ser tratados como instrumentos com capacidade de influenciar políticas públicas, prioridades de investimento e arranjos de governança. A literatura aponta que eventos podem contribuir para a projeção da imagem do destino, dinamizar economias locais e fortalecer identidades culturais, mas também suscitam pressões sobre infraestrutura, disputas territoriais e tensões distributivas, especialmente quando associados a intervenções urbanas e escalas ampliadas (Dalanso & Lourenço, 2011; Getz, 2012; Hall, 2018). Em particular, estudos críticos sobre megaeventos indicam que tais processos podem operar como catalisadores de reconfigurações socioespaciais, com impactos que extrapolam o período do evento e se associam a coalizões de poder, seletividades urbanas e desigualdades (Gusmão de Oliveira, 2015; Paiva, 2015). Assim, torna-se relevante situar o turismo de eventos dentro de uma perspectiva que reconheça tanto seus potenciais de desenvolvimento quanto seus efeitos contraditórios, exigindo análises que articulem políticas públicas, governança e qualidade de vida dos residentes (Milne & Ateljevic, 2001; Farrell & Twining-Ward, 2004; Hall, 2018).

Apesar do avanço da literatura sobre eventos e turismo, observa-se que a relação entre eventos, políticas públicas e qualidade de vida dos residentes ainda é frequentemente abordada de forma fragmentada, com predominância de descrições sobre benefícios e menor ênfase nas dinâmicas institucionais e territoriais que sustentam (ou limitam) tais resultados ao longo do tempo (Whitford, 2011; Hall, 2018). Em especial, persistem lacunas quanto à compreensão de como diferentes escalas de políticas públicas (local, regional e nacional) e distintos arranjos de stakeholders influenciam a trajetória de destinos orientados por eventos, bem como de que maneira esses processos se conectam a resultados associados ao bem-estar e à qualidade de vida da população residente (Costa, 2006; Pham, Andereck, & Vogt, 2025). Diante disso, coloca-se como questão central compreender como eventos se articulam, temporalmente, à formulação e consolidação de políticas públicas em um destino específico, e quais evidências documentais permitem sustentar essa leitura em fases de desenvolvimento.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a influência dos eventos na formulação e consolidação de políticas públicas, por meio da aplicação do Modelo de Entrelaçamento, considerando a evolução das políticas públicas e dos eventos em Joinville, Santa Catarina, Brasil, no período de 1995 a 2024. Adicionalmente, busca-se compreender como ativos turísticos, políticas públicas e stakeholders se articulam em diferentes fases de desenvolvimento do destino, dialogando com abordagens que reconhecem a complexidade e a dinamicidade dos sistemas turísticos (Farrell & Twining-Ward, 2004; Milne & Ateljevic, 2001).

A relevância científica do estudo reside na aplicação empírica do Modelo de Entrelaçamento em um contexto urbano brasileiro, contribuindo para o debate sobre modelos analíticos capazes de captar relações entre turismo, políticas públicas e governança em perspectiva temporal (Butler, 2009; Getz, 2012). Do ponto de vista social e prático, a pesquisa oferece subsídios para a gestão pública ao evidenciar como eventos podem atuar como dispositivos de planejamento e coordenação intersetorial, demandando mecanismos de governança participativa e monitoramento de impactos para que benefícios e custos não se distribuam de forma assimétrica no território (Costa, 2006; Pham *et al.*, 2025; Hall, 2018). Além disso, ao considerar dimensões de qualidade de vida dos residentes, o estudo dialoga com abordagens que defendem avaliações mais abrangentes dos efeitos sociais, econômicos e ambientais associados ao turismo e aos eventos (Uysal *et al.*, 2012; Woo, Kim, & Uysal, 2015).

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura apresenta o arcabouço teórico que sustenta a análise sobre a relação entre turismo de eventos, políticas públicas e desenvolvimento territorial. Discute-se como o turismo, enquanto fenômeno social, cultural e espacial, atua na configuração dos territórios e na formulação de políticas voltadas à sustentabilidade e à governança local. A literatura evidencia que os eventos podem promover dinamização econômica, valorização cultural e fortalecimento da identidade coletiva, mas também suscitam contradições associadas à concentração de benefícios, à gentrificação e à apropriação desigual dos espaços urbanos. Ao considerar essas dimensões complementares e tensionadas, a revisão aborda as contribuições das ciências sociais e da geografia crítica para compreender o turismo de eventos como um processo complexo, marcado por disputas simbólicas e materiais, no qual se entrelaçam interesses públicos e privados, impactos positivos e negativos, e diferentes formas de produção do espaço e do território.

2.1 Políticas Públicas, Eventos e Governança

Diversos autores têm discutido, ao longo das últimas décadas, o papel estratégico do turismo no desenvolvimento das cidades e, em particular, no processo de formulação e implementação de políticas públicas territoriais (Barbosa, 2024; Butler, 2009; Couto, 2023; Dioko, 2024; Endres & Pakman, 2019; Keplei & Marot, 2024; Maracajá, Quadros, Walkowski & Panosso Netto (2025). Essa discussão parte do entendimento de que o turismo, enquanto fenômeno social, econômico e espacial, possui capacidade de induzir transformações nos territórios, criando novos cenários de desenvolvimento, mas também novas tensões e desafios. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender o grau de influência que a atividade turística exerce sobre os processos de planejamento e gestão dos lugares.

As políticas públicas de turismo assumem, assim, a função de orientar estrategicamente o desenvolvimento dos destinos, oferecendo uma visão integrada da gestão territorial e do uso dos recursos disponíveis (Costa, 2006; Pham, Andereck, & Vogt, 2025).

No segmento de eventos, a relação entre turismo e políticas públicas ganha maior complexidade. A literatura aponta que os eventos passaram a ocupar posição central nas estratégias de desenvolvimento local e no planejamento turístico, tanto pela sua capacidade de atrair fluxos turísticos quanto pelo seu potencial de projeção simbólica dos destinos (Getz, 2007; Getz, 2008; Whitford, 2011). Ao mesmo tempo, os eventos demandam infraestrutura específica, equipamentos urbanos e investimentos públicos, o que reforça sua influência sobre a organização do espaço urbano e sobre as prioridades das políticas públicas.

A realização de eventos nas cidades está sempre associada à criação de uma infraestrutura e à disponibilização de equipamentos para a sua organização. Assim, o sucesso do evento possibilita uma maior projeção do destino (Dalonso & Lourenço, 2011). Assim, o planejamento dos eventos pode ter a capacidade de projetar os destinos nas dimensões econômica, cultural, social, pessoal e ambiental. À medida que o segmento de eventos vai aumentando e assumindo-se como elemento-chave às políticas públicas dos destinos, torna-se necessário um enquadramento teórico adequado e eficaz para a análise destas políticas que são influenciadas pelos eventos (Whitford, 2011).

Para Getz (2012) haverá uma necessidade crescente de planejadores e analistas de políticas com capacidade de lidar com as complexas questões relacionadas aos eventos, a partir de muitas perspectivas diferentes (por exemplo, sociais, culturais, econômicas, ambientais), possibilitando, com isso, oferecer o fundamento necessário. No campo dos estudos de eventos, a literatura distingue eventos planejados de diferentes escalas, naturezas e níveis de impacto territorial. Enquanto eventos regulares ou de menor porte tendem a estar mais diretamente associados à animação cultural, ao turismo e à gestão local, os megaeventos caracterizam-se por sua escala excepcional, elevada visibilidade midiática, forte envolvimento do Estado e capacidade de produzir impactos estruturais duradouros nos territórios (Getz, 2007; Getz, 2012).

Estudos empíricos reforçam que a distinção entre eventos recorrentes e megaeventos não se limita à escala organizacional, mas se expressa em padrões diferenciados de comportamento turístico e de efeitos territoriais. A análise comparativa conduzida por Uvinha *et al.* (2018), ao distinguir eventos anuais e eventos infrequentes, demonstra que os megaeventos tendem a produzir deslocamentos mais longos, maiores níveis de gasto e expectativas ampliadas de legado, embora tais efeitos não se sustentem automaticamente no período pós-evento.

Da mesma forma, os estudos sobre megaeventos evidenciam que essas intervenções não operam apenas como estratégias de projeção internacional, mas como dispositivos de reconfiguração socioespacial profundamente ancorados em disputas políticas e econômicas. A literatura destaca que os megaeventos funcionam como catalisadores de projetos urbanos que, sob o discurso da modernização e da competitividade global, promovem rearranjos territoriais, redefinição de prioridades orçamentárias e reforço de coalizões de poder (Gusmão de Oliveira, 2015; Paiva, 2015). Estudos demonstram que tais processos frequentemente intensificam desigualdades, ampliam a seletividade do espaço urbano e consolidam modelos de governança orientados por interesses privados (Gusmão de Oliveira, 2015).

Vale considerar que intervenções urbanas vinculadas a grandes eventos tendem a legitimar práticas de exceção e acelerar transformações estruturais que dificilmente ocorreriam em contextos ordinários (Paiva, 2015). As dimensões socioespaciais discutidas por Paiva (2015) mostram que os megaeventos materializam conflitos entre usos sociais e usos mercantis da cidade, enquanto as reflexões de Gusmão de Oliveira (2015) ressaltam como o “poder dos jogos” expressa jogos de poder capazes de redefinir a cidade, seus sentidos e seus grupos prioritariamente atendidos. Assim, compreender megaeventos implica reconhecer sua potência para transformar o espaço urbano, mas também sua capacidade de reproduzir ou aprofundar assimetrias territoriais e políticas.

No contexto dos eventos, a governança assume papel ainda mais relevante, uma vez que essas iniciativas demandam coordenação intersetorial, investimentos públicos e gestão de conflitos territoriais (Costa 2006). A ausência de mecanismos de governança adequados pode comprometer os benefícios esperados dos eventos, reforçando assimetrias de poder e fragilidades institucionais (Getz, 2012; Whitford, 2011). Costa (2006) destaca que a construção de políticas eficazes depende da cooperação entre organizações públicas, privadas, não governamentais e residentes, configurando arranjos institucionais capazes de equilibrar interesses e promover a sustentabilidade dos destinos (Silva & Souza, 2018). Pham, Andereck, e Vogt (2025) aprofundam essa perspectiva ao evidenciar que modelos de governança participativos ampliam a legitimidade das decisões e contribuem para melhores resultados sociais.

2.2 Qualidade de Vida

Os eventos constituem parte relevante do tecido social e cultural das comunidades, produzindo impactos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida dos residentes. Festivais culturais, eventos esportivos, conferências e exposições são frequentemente utilizados como instrumentos de promoção turística, dinamização econômica e fortalecimento da identidade local, gerando efeitos que extrapolam o campo do entretenimento (Getz, 2008; Berselli, Añaña & Zucco, 2021).

Entretanto, os impactos dos eventos tendem a produzir tensões entre expectativas de legado e práticas políticas que reforçam seletividades urbanas, afetando diretamente o cotidiano dos moradores (Gusmão de Oliveira, 2015). Paiva (2016) demonstra que a transformação das cidades em palcos do espetáculo intensifica disputas territoriais, redefinindo usos, fluxos e símbolos urbanos. Já, Dos Santos & Faustino (2017) evidenciam que a espetacularização das intervenções reforça hierarquias de poder e produz espacialidades que privilegiam determinados grupos. Dessa forma, os efeitos sobre a qualidade de vida dependem não apenas da escala e da infraestrutura disponível, mas principalmente da forma como as políticas públicas lidam com redistribuição, participação social e direito ao espaço urbano.

Além disso, a crescente profissionalização do segmento de eventos e a intensificação da competição entre cidades para sediar grandes eventos fazem com que o impacto dessas atividades seja mais rigorosamente monitorado. Nesse contexto, uma análise mais aprofundada dos impactos sociais, econômicos e ambientais dos eventos é crucial para que as autoridades públicas e organizadores possam planejar de forma eficiente, minimizando os efeitos adversos e maximizando os benefícios para a comunidade (Woo, Kim & Uysal, 2015).

Do ponto de vista social, os eventos podem contribuir para o fortalecimento do capital social, da coesão comunitária e do sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo em que promovem interações entre residentes e visitantes (Uvinha *et al.*, 2018; Yolal *et al.*, 2016). Entretanto, a literatura também aponta que eventos de grande porte podem gerar exclusão social, alienação dos moradores e conflitos territoriais quando o planejamento não considera as necessidades e percepções da população local (Kim *et al.*, 2013; Moyle *et al.*, 2010). A espetacularização das cidades, associada aos megaeventos, tende a reforçar hierarquias de poder e a privilegiar determinados grupos em detrimento de outros (Dos Santos & Faustino, 2017; Gusmão de Oliveira, 2015; Paiva, 2016).

No campo econômico, os eventos são frequentemente associados à geração de empregos temporários, ao aumento do fluxo turístico e à melhoria da imagem dos destinos (Scalabrini & da Silva Dalonso, 2018). Eventos como festivais culturais e grandes competições esportivas, como os Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo, geram oportunidades substanciais para o crescimento econômico local (O'Sullivan & Jackson, 2002; Uvinha, 2016). A curto prazo, as empresas locais, especialmente aquelas relacionadas à hospedagem, alimentação e transporte, frequentemente observam um aumento nas receitas, como foi o caso das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro (Dalonso & Lourenço, 2011).

Contudo, estudos alertam para a distribuição desigual desses benefícios. Em muitos casos, os lucros gerados por eventos de grande porte tendem a beneficiar grandes corporações e investidores de fora da cidade, em detrimento das pequenas e médias empresas locais. O fenômeno da gentrificação econômica pode ser visto no aumento dos preços de imóveis e aluguel em áreas próximas a locais de eventos, o que beneficia os investidores, mas torna a vida mais cara para os residentes locais (Kim *et al.*, 2013; Paes, 2017).

Os legados de longo prazo dos eventos econômicos também podem ser questionáveis. Embora muitas cidades invistam pesadamente em infraestrutura para sediar eventos, muitas vezes essas construções acabam subutilizadas ou se tornam “elefantes brancos”, sem uma função adequada após o evento. Isso foi observado na África do Sul após a Copa do Mundo de 2010, onde estádios e outras infraestruturas ficaram ociosos após o término do evento, resultando em um fardo financeiro para as cidades-sede (Dalonso & Lourenço, 2011; Gursoy *et al.*, 2006). Portanto, o planejamento econômico de longo prazo deve ser considerado na organização de eventos, garantindo que os benefícios sejam sustentáveis.

Os impactos ambientais também ocupam lugar central na literatura, especialmente em eventos de grande escala. A geração de resíduos sólidos é um dos principais problemas ambientais observados em eventos (Organ *et al.*, 2015; Petitinga, 2008). Além da geração de resíduos, o consumo intensivo de recursos naturais, como água e energia, é outra preocupação. Em locais turísticos que sediam grandes eventos, o uso excessivo de água para a infraestrutura temporária de eventos, como sanitários e áreas de lazer, pode sobrecarregar os sistemas de saneamento e os recursos hídricos da região. A dependência de energia não renovável em muitos desses eventos intensifica os impactos ambientais, contribuindo para as emissões de gases de efeito estufa (Báez & Devesa, 2014).

Em resposta a esses desafios, muitos organizadores de eventos têm buscado adotar iniciativas sustentáveis, como incentivar o uso de transporte público, compensar emissões de carbono e implementar tecnologias mais ecológicas (Cavallin Toscani, Vendraminelli, & Vinelli, 2024). Contudo, essas práticas ainda estão longe de serem amplamente implementadas, o que ressalta a necessidade de uma maior conscientização e comprometimento por parte dos organizadores e dos participantes para reduzir o impacto ambiental dos eventos.

Com base na literatura analisada, observa-se a convergência de diferentes abordagens teóricas em torno dos eventos, da governança, das políticas públicas e de seus impactos sobre a qualidade de vida nos destinos turísticos. O quadro 01 sistematiza essas contribuições, evidenciando como os distintos autores dialogam entre si e oferecem fundamentos conceituais para a compreensão do fenômeno investigado. Essa organização permite explicitar as inter-relações entre os principais eixos teóricos e reforça a pertinência do enquadramento analítico adotado, servindo de base para a aplicação do modelo de análise proposto e para a interpretação dos resultados empíricos do estudo.

Quadro 1 – Quadro-síntese: Autores, conceitos e contribuições ao estudo

(continua)

Eixo temático	Autor(es)	Conceitos-chave	Contribuições para o estudo
Políticas públicas e turismo	Barbosa (2024); Butler (2009); Couto (2023); Dioko (2024); Endres & Pakman (2019); Keplei & Marot (2024)	Turismo; desenvolvimento territorial; políticas públicas; planejamento estratégico	Fundamentam o turismo como elemento estruturante das políticas públicas e do desenvolvimento territorial dos destinos.
Governança no turismo	Costa (2006); Pham, Andereck, & Vogt (2025)	Governança; stakeholders; participação; sustentabilidade	Evidenciam a importância de arranjos institucionais colaborativos para legitimar e sustentar políticas de turismo e eventos.
Eventos e políticas públicas	Getz (2007; 2008; 2012); Whitford (2011)	Turismo de eventos; planejamento; políticas de eventos; complexidade	Enquadram os eventos como componentes centrais do planejamento turístico e da formulação de políticas públicas.
Eventos e imagem do destino	Dalonso & Lourenço (2011); Connel <i>et al.</i> (2015)	Imagem do destino; projeção territorial; turismo de experiência	Demonstram o papel dos eventos na projeção simbólica dos destinos e na atração de fluxos turísticos.
Megaeventos e produção do espaço	Gusmão de Oliveira (2015); Paiva (2015; 2016)	Produção do espaço; espetacularização; seletividade urbana; poder	Introduzem uma leitura crítica sobre os impactos socioespaciais e políticos dos megaeventos.

Quadro 1 – Quadro-síntese: Autores, conceitos e contribuições ao estudo

(conclusão)

Eixo temático	Autor(es)	Conceitos-chave	Contribuições para o estudo
Qualidade de vida e eventos	Getz (2008); Berselli, Añaña & Zucco (2021)	Qualidade de vida; bem-estar; impactos dos eventos	Relacionam eventos ao bem-estar dos residentes, destacando efeitos positivos condicionais.
Impactos sociais dos eventos	Uvinha (2016); Uvinha <i>et al.</i> (2018); Yolal <i>et al.</i> (2016); Moyle <i>et al.</i> (2010); Kim <i>et al.</i> (2013); Dos Santos & Faustino (2017)	Capital social; pertencimento; exclusão; gentrificação	Evidenciam os efeitos sociais ambíguos dos eventos, entre coesão comunitária e conflitos territoriais.
Impactos econômicos dos eventos	Scalabrini & Dalonso (2018); O'Sullivan & Jackson (2002); Dalonso & Lourenço (2011); Gursoy <i>et al.</i> (2006); Paes (2017)	Impactos econômicos; emprego; legados; elefantes brancos	Sustentam análises críticas sobre benefícios econômicos e riscos de concentração e legados negativos.
Impactos ambientais dos eventos	Petinga (2008); Organ <i>et al.</i> (2015); Báez & Devesa (2014); Cavallin Toscani, Vendraminelli & Vinelli (2024)	Sustentabilidade; resíduos; recursos naturais; emissões	Fundamentam a discussão sobre impactos ambientais e a necessidade de práticas mais sustentáveis em eventos.

Fonte: Elaboração própria.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

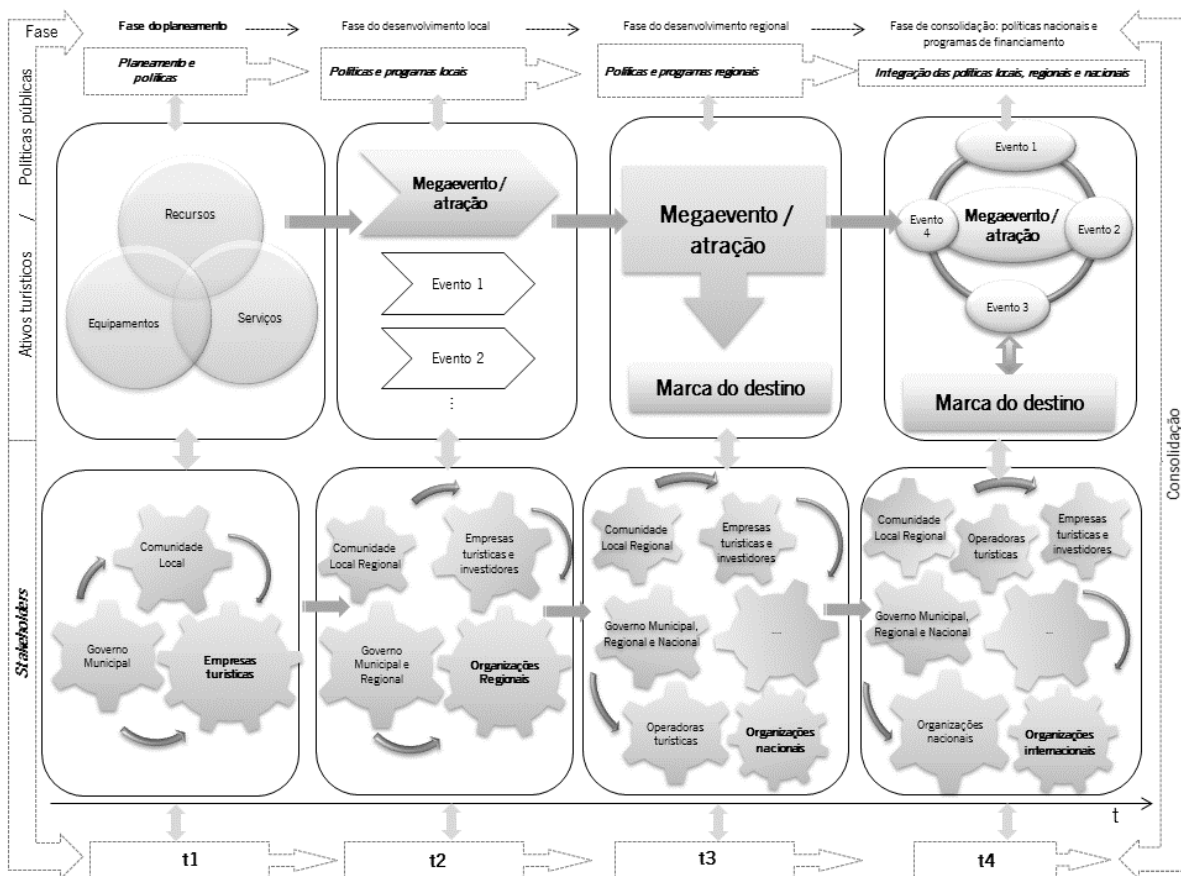
O procedimento metodológico adotado nesta investigação fundamenta-se na abordagem de ciclo de vida, que utiliza um instrumento gráfico para representar, de forma sequencial, as diferentes fases que compõem o processo analisado. No turismo, os modelos são uma tentativa de contribuir para a compreensão dos vários componentes da atividade turística e para a compreensão do planejamento e da gestão do turismo. Tais modelos podem levar a um melhor cumprimento das políticas de desenvolvimento do destino, bem como acompanhar a evolução dos processos turísticos (Butler, 2009).

Neste contexto, o Modelo de Entrelaçamento propõe uma relação entre três componentes principais: ativos turísticos (recursos, equipamentos e produtos); políticas públicas; e atores/partes interessadas (stakeholders) num destino. Este modelo teórico temporal consiste numa sequência de fases, onde a razão fundamental para estas divisões temporais são as políticas existentes, primeiro a nível local e, posteriormente, em níveis mais elevados: regional e nacional. Este aumento da importância das políticas deve, idealmente, evoluir para programas de financiamento público mais elevados. Assim, o modelo apresenta-se nas seguintes 4 fases: fase de planejamento; fase de desenvolvimento local; fase de desenvolvimento regional; e fase de consolidação (políticas nacionais e programas de financiamento).

O Modelo de Entrelaçamento foi aplicado nos destinos de Gramado (Brasil) e Rovaniemi (Finlândia para compreender a evolução do turismo natalino, destacando como esses elementos interagem e se transformam ao longo do tempo (Dalonso, *et al.*, 2004). A versão atualizada do modelo inclui um enfoque dinâmico que reconhece a evolução dos papéis e redes dos stakeholders nas diferentes fases do ciclo de vida dos destinos (Dalonso, 2015; Dalonso, *et al.*, 2024). As publicações relacionadas ao Modelo de Entrelaçamento serviram de base para discussão em outras pesquisas internacionais relacionadas a turismo de eventos, políticas públicas e turismo de experiência (Schnitzer *et al.*, 2019; Hamid & Bano, 2021; Ormerod & Wood, 2021; Dimitrovski, 2022; Duignan, 2023; Scott *et al.*, 2024; Xu *et al.*, 2024).

O tratamento dos dados seguiu uma análise documental qualitativa, com codificação temática orientada pelas três dimensões centrais do Modelo de Entrelaçamento (figura 1): ativos turísticos; políticas públicas; e stakeholders, permitindo identificar padrões, continuidades e rupturas ao longo das quatro fases de desenvolvimento do destino. A análise foi conduzida de forma manual, sem o uso de software específico, priorizando a leitura interpretativa e a comparação longitudinal entre documentos.

Figura 1 - Modelo de Entrelaçamento



Fonte: Dalonso (2015).

Na fase de inicial do desenvolvimento turístico, o destino deve dispor de recursos, equipamentos e produtos enquadrados dentro de um contexto de políticas de planejamento locais. Já na fase de desenvolvimento local, essas políticas passam a abranger outros setores, além do planejamento, bem como os eventos, as atrações e as partes interessadas. Na fase de desenvolvimento local, o destino passa a estabelecer programas e políticas locais com base no principal segmento turístico vocacional do destino. A terceira fase, denominada fase de desenvolvimento regional, ocorre quando a forte vocação turística do destino, liderada, muitas vezes, por um principal evento (megaevento) ou atração, produz a criação de uma marca para o destino. Tal fator possibilita a construção de políticas de programas de turismo num âmbito regional. Por fim, a fase de consolidação, na qual as políticas nacionais e programas de financiamento apresentam o amadurecimento da marca do destino, associado às práticas inovadoras, possibilitando, com isso, a consolidação da marca turística. Nesta última fase, observa-se a criação de outros eventos e atrações que se desenvolvem em torno do megaevento ou da principal atração. Nesta fase de consolidação, o destino passa a contar com políticas de turismo que recebem amparo de programas e financiamento que vão do âmbito local ao nacional.

Todo este processo depende da articulação entre os principais atores envolvidos, onde estes stakeholders se configuram de formas diferenciadas em cada fase, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento desejado do destino. A identificação dos diferentes agentes e a sua participação no processo de desenvolvimento do destino são fundamentais para a construção de políticas públicas de sucesso.

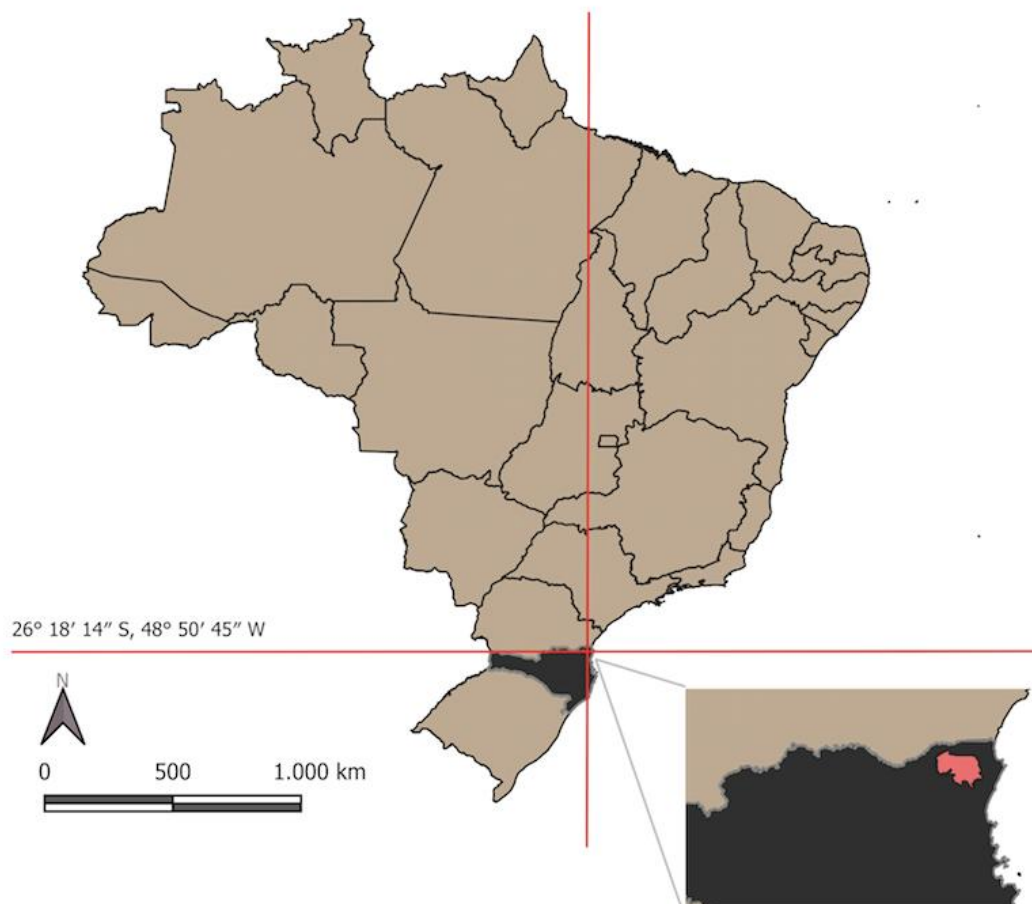
A utilização de modelos como este permite aferir o grau de influência dos eventos e das atrações nas políticas públicas de um destino e da sua interface com os diferentes atores envolvidos, bem como fornecer aos governantes um enquadramento teórico das boas práticas de políticas de turismo exercidas nos lugares. A definição dos tempos (t1, t2, t3, t4,...) pode, da mesma forma, ser estabelecida conforme a necessidade de avaliação de cada destino. Embora seja um modelo simplificado, sua aplicação em diferentes territórios requer a identificação de eventos ou atrações que tenham exercido, por um período significativo, influência sobre as políticas públicas do destino.

Outro fator que deve ser considerado é a participação social no processo. O modelo proposto parte do pressuposto da necessidade de participação social no âmbito das políticas locais, regionais e nacionais, o que potencia a sua aplicação no destino, tal como outros modelos que tratam de uma análise do envolvimento comunitário no âmbito regional (Whitford, 2011). Neste sentido, a aplicação do modelo possibilita a análise de um território em particular, a partir da origem do evento e do seu percurso de desenvolvimento.

No presente estudo, o modelo foi aplicado no destino brasileiro de Joinville - SC. A referida cidade vem explorando de forma notória o mercado de turismo de negócios e eventos, o que possibilita a criação de mais espaços para a execução dos mesmos, além de ofertas de qualidade referentes à infraestrutura e superestrutura. Segundo o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023), a cidade de Joinville, localizada na região norte do Estado de Santa Catarina (figura 2), conta com uma população de 616.317 habitantes, caracterizando-se como a cidade mais populosa do estado catarinense (IBGE, 2022). Relativo ao desenvolvimento econômico da Cidade, o setor de serviços tem ampliado a vantagem sobre a indústria em Joinville no mercado de trabalho. São 86 mil trabalhadores no segmento, enquanto as empresas industriais empregam 72 mil pessoas. O setor já responde por uma fatia de 54% do PIB. Em relação ao Ranking dos Municípios com maior Produto Interno Bruto do Brasil, Joinville posiciona-se entre as 100 maiores economias do país, ocupando a 25ª posição. Joinville é um dos municípios integrantes da macrorregião do Norte Catarinense e tem na sua base econômica o setor de serviços.

A cidade de Joinville vem explorando o mercado de turismo de negócios e eventos, o que possibilita a criação de mais espaços para a execução dos mesmos, além de ofertas de qualidade referentes à infraestrutura e superestrutura. A cidade conta com 684 meios de hospedagem, com taxas de ocupação que refletem sazonalidades e desafios como a pandemia de Covid-19. Complementarmente, existem mais de 1.200 estabelecimentos de alimentação e uma agenda diversificada de eventos (Plano Municipal de Turismo de Joinville, 2022).

Figura 2 - Mapa de localização da cidade de Joinville/SC



Fonte: Adaptado de IBGE (2024).

A cidade integra a categoria "A" do Mapa do Turismo Brasileiro. Essa categorização, definida pelo Ministério do Turismo, considera critérios como o número de visitantes domésticos e internacionais, a quantidade de empregos formais gerados pelo setor de turismo, e a infraestrutura local, incluindo meios de hospedagem e serviços turísticos (Ministério do Turismo, 2024). A categorização "A" no Mapa do Turismo Brasileiro é a classificação mais elevada atribuída a um destino turístico, destacando sua relevância no cenário nacional. Essa classificação reflete o impacto do turismo no local, com base em critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo.

A capacidade do destino de gerar receita direta e indireta por meio do turismo também é considerada. Gastos com hospedagem, alimentação, transporte, compras e entretenimento contribuem significativamente para a economia local, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, o impacto do setor é medido pela quantidade de empregos formais gerados. Destinos classificados como "A" se destacam por sua habilidade de absorver mão de obra local, promovendo inclusão social e melhoria na qualidade de vida da população.

Outro aspecto essencial para a categorização é a infraestrutura turística. Destinos de categoria "A" possuem uma oferta diversificada e de alta qualidade, incluindo meios de hospedagem, restaurantes, transporte, espaços para eventos e serviços que atendem turistas e moradores. Essa infraestrutura garante uma experiência completa e confortável aos visitantes, aumentando a competitividade do destino no mercado turístico (Ministério do Turismo, 2024).

A diversidade de atrativos turísticos também é um dos fatores avaliados para a sua categorização no nível A. Esses destinos oferecem opções para diferentes segmentos, como turismo de negócios, cultural, natural e de eventos, ampliando sua atratividade para variados perfis de visitantes. Essa capacidade de atender a demandas heterogêneas é um diferencial que fortalece a posição do destino na categoria mais alta do Mapa do Turismo Brasileiro. A organização e a governança do setor são elementos indispensáveis para atingir a categoria "A". A presença de políticas públicas bem estruturadas, conselhos municipais de turismo atuantes, e parcerias entre o setor público e privado reflete o compromisso do destino com um planejamento estratégico eficiente. A inclusão nessa categoria não apenas orienta o direcionamento de recursos federais e estaduais, mas também eleva o reconhecimento e a competitividade do destino em escala nacional e internacional, posicionando-o como modelo de excelência no turismo brasileiro (Ministério do Turismo, 2024).

No que se refere às fontes secundárias, a pesquisa adotou critérios explícitos de seleção documental, considerando: (i) relevância temática para políticas públicas de turismo, eventos e qualidade de vida; (ii) aderência temporal ao período de análise (1995–2024); e (iii) reconhecimento institucional ou científico das fontes. O corpus final foi composto por documentos estratégicos municipais, legislações, planos setoriais, atas do Conselho Municipal de Turismo, incluindo o Plano de Fortalecimento da Gestão Pública do Turismo (2009), o Plano Municipal de Turismo – PMT (2022), o Plano de Desenvolvimento Econômico – PEDEM (2022), o Plano de Marketing Turístico (2024), legislações municipais pertinentes, além de atas e registros de reuniões do Conselho Municipal de Turismo e de artigos científicos nacionais e internacionais consolidados na área.

Com o objetivo de explicitar o conjunto de fontes que fundamentaram a análise e ampliar a transparência do percurso metodológico adotado, apresenta-se o Quadro 02, que sistematiza o corpus documental da pesquisa. O quadro reúne os principais documentos institucionais, normativos, estratégicos e científicos analisados, indicando sua natureza, período de elaboração e finalidade analítica no âmbito do Modelo de Entrelaçamento.

Quadro 2 - Corpus documental da pesquisa

(continua)

Tipo de documento	Documento	Ano	Finalidade analítica
Política pública municipal	Plano de Fortalecimento da Gestão Pública do Turismo (Joinville)	2009	Identificar diretrizes e ações de fortalecimento institucional e planejamento do turismo.
Política pública municipal	Plano Municipal de Turismo (PMT) – Joinville	2022	Analisar diretrizes estratégicas, governança e prioridades para o turismo no município.
Planejamento econômico	Plano de Desenvolvimento Econômico (PEDEM) – Joinville	2022	Relacionar turismo e desenvolvimento econômico local, com ênfase em prioridades setoriais e articulações.
Planejamento estratégico	Plano de Marketing Turístico – Joinville	2024	Avaliar posicionamento, estratégias de promoção e construção de imagem do destino.
Legislação municipal	Legislações municipais pertinentes (incluindo normativas do setor de turismo e eventos)	1995 / 2024	Mapear marcos regulatórios e competências institucionais que orientam políticas e ações no destino.

Quadro 2 - Corpus documental da pesquisa

(conclusão)

Tipo de documento	Documento	Ano	Finalidade analítica
Registros institucionais	Atas e registros de reuniões do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	1995 / 2024	Identificar pautas, decisões, participação de atores e dinâmicas de governança ao longo do período analisado.
Produção científica	Artigos e estudos científicos sobre políticas públicas, modelos de avaliação em turismo, eventos e qualidade de vida	—	Fundamentar teoricamente a análise e apoiar a categorização (ativos turísticos, políticas públicas, stakeholders).

Fonte: Elaboração própria.

Essa organização permite compreender a diversidade das fontes mobilizadas e o papel de cada documento na interpretação das dinâmicas de desenvolvimento turístico, das políticas públicas e dos processos de governança no destino estudado.

O fluxograma a seguir (figura 03) sintetiza o percurso metodológico adotado na pesquisa, evidenciando as principais etapas do processo de análise dos dados. A representação gráfica busca tornar mais transparente a sequência lógica das decisões metodológicas, desde a definição do problema e a seleção do modelo analítico até a interpretação dos resultados, destacando os procedimentos de organização do corpus, codificação temática, análise por fases e triangulação das evidências.

Figura 3 - Fluxograma do procedimento metodológico

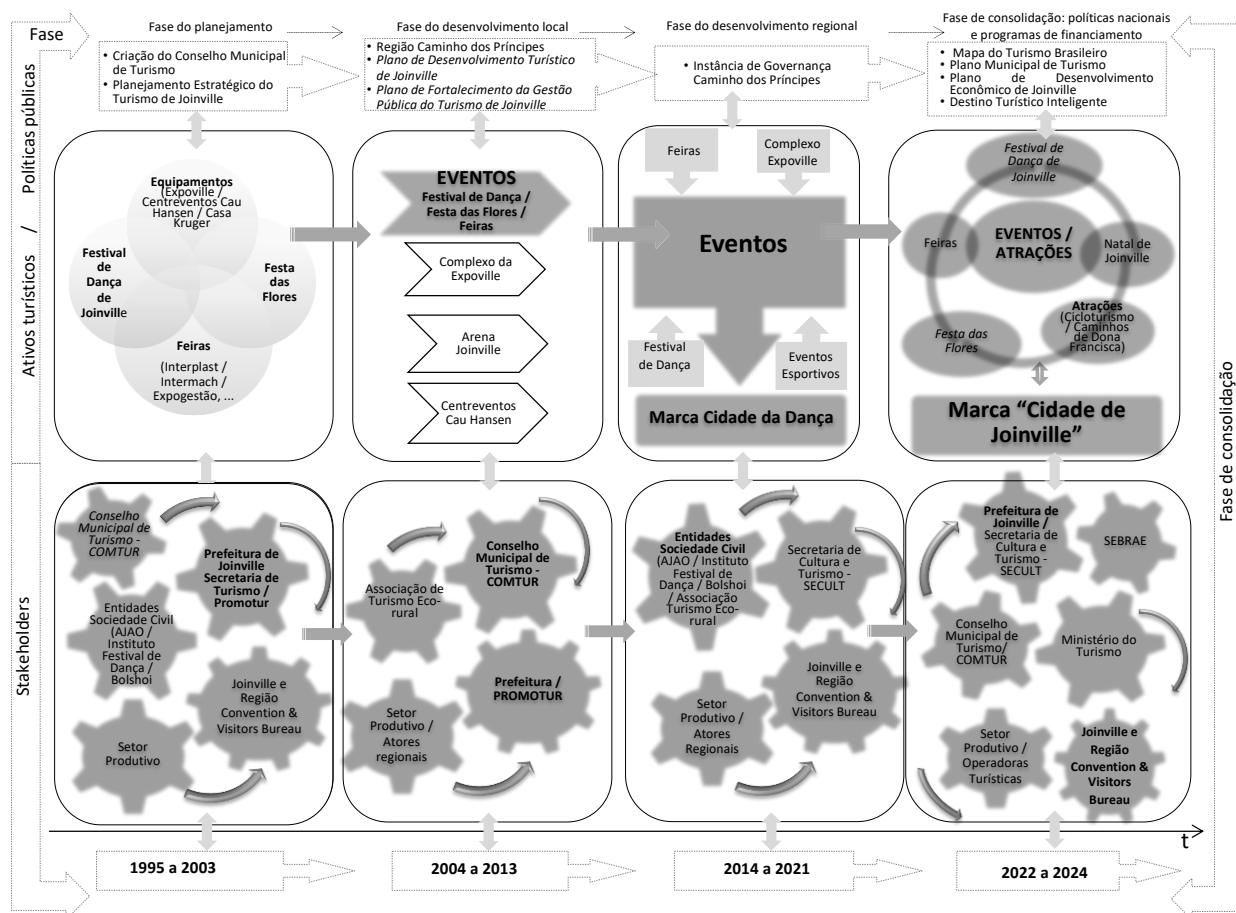
Fonte: imagem originada com o uso da plataforma napkin.ai (2026).

A sistematização do percurso metodológico apresentada na Figura 03 explicita a lógica analítica adotada neste estudo e reforça a coerência entre problema de pesquisa, referencial teórico e procedimentos empíricos. Ao articular análise documental, abordagem longitudinal e aplicação do Modelo de Entrelaçamento, o método permitiu captar não apenas a sucessão cronológica das políticas públicas e dos eventos, mas, sobretudo, as relações dinâmicas estabelecidas entre ativos turísticos, stakeholders e instrumentos institucionais ao longo das diferentes fases de desenvolvimento do destino. Dessa forma, o fluxo analítico evidencia como os eventos operam como elementos estruturantes das políticas públicas, sustentando o argumento de que sua influência extrapola a dimensão operacional, assumindo papel central na governança, no planejamento e na produção de efeitos sobre a qualidade de vida dos residentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das discussões, apresentam-se os resultados da aplicação do Modelo de Entrelaçamento no destino de Joinville. Para tanto, a análise é dividida em quatro espaços temporais, a saber: Fase 1 - Fase de planejamento do destino de Joinville (1995-2003); Fase 2 - Fase do desenvolvimento local de Joinville (2004-2013); Fase 3 - Fase do desenvolvimento regional de Joinville (2014-2020); e Fase 4 - Fase de consolidação de Joinville: políticas nacionais e programas de financiamento (2021-2024), assumindo-se que cada um deles terá impacto nos subsequentes. A inter-relação das fases constantes da aplicação do modelo ao destino da cidade (Figura 03) se tornará cada vez mais evidente nas discussões dos pontos seguintes, referentes às políticas públicas constituídas em cada uma destas fases.

Figura 4 - Aplicação do Modelo de Entrelaçamento no destino Joinville/SC (Brasil)



Fonte: Adaptado a partir de Dalonso et al. (2024).

A adoção do método de estudo de caso e a aplicação do modelo proposto, permitiram identificar temporalmente os períodos da construção das políticas de turismo adotadas e do próprio desenvolvimento turístico de Joinville a partir da perspectiva do segmento de eventos e a sua capacidade de geração de qualidade de vida e bem estar

para a população residente. Esta análise, a partir da aplicação do Modelo de Entrelaçamento, dividiu-se em quatro fases: fase de planejamento; fase de desenvolvimento local; fase de desenvolvimento regional; e fase de consolidação das políticas nacionais e dos programas de financiamento. Estas fases foram apresentadas em termos temporais, considerando neste percurso o cenário turístico constituído e, conseqüentemente, as políticas adotadas em cada uma das fases, a considerar:

Fase 1 – Fase do planejamento (1995 a 2003): neste primeiro período de análise do desenvolvimento turístico de Joinville, os fatores observados permitiram a aplicação do Modelo de Entrelaçamento. A modelação permitiu identificar que os fatores determinantes para o processo de planejamento do destino foram a elaboração da primeira política pública de turismo: a constituição do Conselho Municipal de Turismo, no ano de 1995 (Leis Municipais, 1995) e a criação do Joinville e Região Convention & Visitors Bureau, que impulsionou o turismo de eventos, capitaneado pela tradicional Festa das Flores, reconhecida como patrimônio cultural. O Festival de Dança de Joinville, gerido pelo Instituto Festival de Dança desde 1999, tornando-se autossustentável e referência mundial.

Em 2000, a Escola Bolshoi reforçou a relevância cultural da cidade na direção da identidade de cidade da dança. A inauguração do Centreventos Cau Hansen, em 1998, ampliou a capacidade para eventos tanto para turistas quanto para os residentes, mas também trouxe desafios de gestão, especialmente em relação à manutenção de sua infraestrutura. Diversas iniciativas isoladas contribuíram para o entendimento sobre o turismo em Joinville e para a promoção de um diálogo mais amplo com a sociedade, especialmente entre os principais agentes diretamente envolvidos no desenvolvimento turístico.

Por meio da Lei 4.676/2002, a Secretaria de Turismo passou a se denominar Fundação Turística de Joinville – PROMOTUR, com o propósito de dar maior autonomia à autarquia, especialmente em relação às ações de planejamento e promoção turística. A primeira dessas ações foi a elaboração do Planejamento Estratégico do Turismo de Joinville, desenvolvido pela Fundação Municipal de Planejamento e Promoção Turística de Joinville - PROMOTUR em 2002. Esse documento apresentou diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do setor, destacando necessidades e propondo ações para aprimorar a atividade turística na cidade (Contrei, 2009).

É relevante considerar que a vocação da cidade de Joinville para o turismo de eventos se evidencia há mais de 80 anos, com a realização desde o ano de 1936 do evento “Festa das Flores” (Festa das Flores, 2024). Outras entidades que evidenciaram a participação da sociedade civil no desenvolvimento turístico de Joinville são o Instituto Festival de Dança de Joinville e a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

Esta fase caracteriza-se pela institucionalização inicial da política de turismo em Joinville, marcada pela criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) em 1995 e pela consolidação de eventos tradicionais como a Festa das Flores e o Festival de Dança de Joinville. A análise documental evidencia que, nesse período, o turismo de eventos ainda apresentava baixa articulação intersetorial, com forte dependência de iniciativas culturais e associativas. Os marcos normativos concentram-se na criação de instâncias participativas e na organização administrativa do setor, sem a presença de instrumentos sistemáticos de avaliação de impactos econômicos ou sociais.

Fase 2 – Fase do desenvolvimento local (2004 a 2013): Esta fase foi marcada pela inserção de Joinville na Região Turística Catarisense “Caminho dos Príncipes” (Ministério do Turismo, 2025). Da mesma forma, foi possível aplicar todas as variáveis previstas nesta fase do desenvolvimento local. A inauguração da Arena Joinville, no ano de 2004, considerado naquele momento como um dos mais modernos estádios de futebol do sul do Brasil, consolidou o espaço para eventos esportivos, ampliando a oferta de espaços de lazer e entretenimento para os residentes.

Em 2005, debates sobre o futuro da cidade resultaram em planejamentos estratégicos para o turismo, incluindo a criação da Associação de Turismo Eco-rural. A Lei nº 5.597/2006 reformulou o Conselho Municipal de Turismo, garantindo maior representatividade e equilíbrio. Entre 2008 e 2009, foi desenvolvido o Plano de Fortalecimento da Gestão Pública do Turismo, enfatizando sustentabilidade e integração público-privada.

Em 2012, a concessão do Complexo Expoville, espaço para eventos e convenções construído em 1972 pelo poder público de Joinville, para a iniciativa privada proporcionou uma modernização do espaço, tornando-se um polo de eventos no sul do Brasil, bem como oportunizando mais opções de entretenimento para a população local junto a estrutura do Complexo. Investimentos em sinalização e infraestrutura avançaram, promovendo o turismo de negócios e lazer. Eventos como a Festa das Flores e o Festival de Dança de Joinville consolidaram a imagem de Joinville como destino de eventos. Nesta fase também se registrou um aumento na oferta de eventos locais para a população residente, especialmente nos espaços do Centreventos Cau Hanseu e no Complexo da Expoville.

O período é marcado pela ampliação da infraestrutura para eventos e pelo fortalecimento do turismo de negócios, com destaque para a Expoville e a captação de feiras e congressos nacionais. Documentos estratégicos indicam maior envolvimento do setor privado e a introdução de políticas voltadas ao fortalecimento da gestão pública do turismo. Observa-se um aumento no número de eventos e na diversidade de públicos atendidos, embora os impactos sobre a qualidade de vida dos residentes ainda não fossem mensurados de forma sistemática.

Fase 3– Fase do desenvolvimento regional (2014 a 2021) : Entre 2014 e 2021, Joinville fortaleceu sua regionalização no turismo com a criação da Instância de Governança “Caminho dos Príncipes”, promovendo uma gestão descentralizada e articulada com os demais municípios do Norte de Santa Catarina (Ministério do Turismo, 2025).

O Joinville e Região Convention & Visitors Bureau desempenhou papel central na captação de eventos, enquanto o Complexo Expoville consolidou-se como polo estratégico, adaptando-se a formatos híbridos pós-COVID-19. O impacto positivo na economia foi comprovado por estudos que destacaram alto índice de visitantes retornando à cidade após eventos. O período marcou Joinville como destino competitivo para eventos e lazer, evidenciando integração regional e capacidade de inovação, mesmo em cenários desafiadores.

A articulação entre setores público e privado foi determinante para o sucesso. A conquista do Joinville Esporte Clube, JEC, numa posição na série A do Campeonato Brasileiro de Futebol durante este período, da mesma forma, possibilitou uma maior movimentação de turistas e torcedores locais na Arena Joinville. Nesta fase, Joinville se consolidou como a Capital Nacional da Dança, sendo o Festival de Dança de Joinville oficializado como referência nacional pela Presidência da República (Brasil, 2016).

Nesta fase, o turismo de eventos passa a ser integrado a estratégias regionais e nacionais, com a inserção de Joinville em programas federais e o fortalecimento de instâncias de governança regional. A análise dos planos e relatórios indica a consolidação do turismo como vetor de desenvolvimento econômico, com efeitos indiretos sobre a geração de emprego e a dinamização de setores complementares. Contudo, também emergem desafios relacionados à concentração espacial dos eventos e às tensões entre interesses turísticos e demandas sociais.

Fase 4 – Fase de consolidação: políticas nacionais e programas de financiamento (2021 a 2024) : apesar de se tratar de Joinville se encontrar no início da fase de consolidação, avanços foram evidenciados nas políticas para o turismo da cidade de Joinville especialmente votadas para o segmento de eventos. Entre 2021 e 2024, Joinville consolidou-se como destino turístico estratégico no Brasil, destacando-se na categoria "A" do Mapa do Turismo Brasileiro.

A aprovação do Plano Municipal de Turismo em 2023 estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento sustentável, com foco na integração de políticas públicas, turismo cultural, ecoturismo e eventos (Prefeitura Municipal de Joinville, 2022). Projetos como o cicloturismo "Caminhos de Dona Francisca" e a revitalização de espaços públicos reforçaram o turismo local. A entrada no programa "Destinos Turísticos Inteligentes" em 2023 posicionou Joinville como referência em inovação e sustentabilidade no setor.

Nesta mesma fase, outros dois documentos estratégicos para o turismo foram construídos e com ampla participação social: o Plano de Desenvolvimento Econômico de Joinville e o Plano de Marketing Turístico de Joinville, ambos coordenados pelo Sebrae/SC (Sebrae/SC & Prefeitura Municipal de Joinville, 2022). Eventos tradicionais, como o Festival de Dança de Joinville e o Natal de Joinville, evidenciaram sua relevância econômica e cultural, atraindo milhares de visitantes e movimentando a economia. Apesar dos avanços, desafios como desigualdade social e infraestrutura limitada ainda exigem atenção. A fase reafirmou a importância do turismo como motor de desenvolvimento econômico e bem-estar comunitário, com potencial para fortalecer a imagem de Joinville no cenário nacional e internacional.

A fase mais recente evidencia avanços na articulação entre políticas públicas, eventos e qualidade de vida, com a aprovação do Plano Municipal de Turismo e do Plano de Desenvolvimento Econômico. Dados documentais apontam crescimento expressivo do público em eventos emblemáticos, como o Natal de Joinville, e impactos econômicos estimados em dezenas de milhões de reais. Paralelamente, os documentos analisados destacam a incorporação de diretrizes voltadas à sustentabilidade, à inclusão social e ao monitoramento de impactos, indicando maior maturidade institucional do destino.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese (Quadro 3) que sistematiza as principais características das fases de desenvolvimento do turismo de eventos em Joinville, considerando eventos-chave, políticas públicas, mudanças institucionais e atores envolvidos.

Quadro 3 – Quadro-síntese comparativa das fases

Fase	Período	Eventos-chave	Políticas aprovadas	Mudanças institucionais	Atores-Chave
Fase 1	1995–2003	Festa das Flores; Festival de Dança de Joinville	Criação COMTUR	Institucionalização inicial do turismo	Prefeitura
Fase 2	2004–2013	Feiras e congressos; Expoville	Plano de Fortalecimento da Gestão do Turismo	Ampliação da infraestrutura	COMTUR/ Prefeitura
Fase 3	2014–2021	Eventos regionais e nacionais	Políticas de regionalização	Integração regional	Sociedade Civil
Fase 4	2021–2024	Natal de Joinville; Feiras	PMT; PEDEM	Planejamento integrado e monitoramento	Prefeitura; SEBRAE; CVB

Fonte: Elaboração própria.

Essa organização analítica permite compreender, de forma integrada, a dinâmica temporal do destino e as relações estabelecidas entre políticas, governança e estruturação do setor ao longo do período analisado.

Embora os resultados evidenciem a evolução do turismo de eventos em Joinville em quatro fases distintas, é necessário avançar de uma leitura predominantemente descritiva para uma análise crítica do processo. Estudos que aplicaram o Modelo de Entrelaçamento em destinos como Gramado (Brasil) e Rovaniemi (Finlândia) demonstram que os papéis dos stakeholders, gestores públicos, iniciativa privada, organizações regionais e comunidade local, não permanecem estáticos ao longo do tempo, mas se reconfiguram conforme a evolução das políticas e das voções turísticas (Dalonso *et al.*, 2024).

Apesar dos avanços institucionais identificados ao longo das quatro fases, a análise evidencia limites estruturais que relativizam os benefícios associados ao turismo de eventos. A literatura internacional alerta que processos de festivalização e consolidação de destinos tendem a produzir distribuições assimétricas de benefícios, frequentemente concentradas em determinados setores e territórios urbanos, enquanto custos sociais e ambientais recaem de forma desigual sobre a população residente (Getz, 2012; Hall, 2018). No caso analisado, os documentos oficiais enfatizam resultados econômicos e projeção simbólica, mas apresentam lacunas quanto ao monitoramento sistemático de impactos socioambientais e à avaliação de efeitos distributivos, aspecto também observado em estudos internacionais sobre governança turística (Milne & Ateljevic, 2001; Farrell & Twining-Ward, 2004).

Essa perspectiva sugere que, em Joinville, a consolidação de eventos como o Festival de Dança de Joinville ou a Festa das Flores deve ser entendida não apenas como marcos cronológicos, mas como pontos de inflexão em que redes de atores se reorganizam, influenciam a formulação de políticas e redefinem prioridades de investimento. Nesse sentido, mais do que registrar os avanços econômicos e culturais, torna-se essencial refletir sobre as tensões inerentes entre inclusão social, impactos ambientais e acesso da população residente às infraestruturas culturais e esportivas. Assim, compreende-se que a trajetória de Joinville, ainda em fase de consolidação, depende de uma governança flexível e colaborativa, capaz de articular interesses divergentes e assegurar que o turismo de eventos se traduza em políticas públicas que efetivamente promovam qualidade de vida e bem-estar coletivo.

Em todas as fases, foi possível identificar a interrelação existente entre os vários atores e os diferentes papéis desempenhados por cada um destes em cada fase. É importante ressaltar que os eventos, em especial o Festival de Dança de Joinville, Festa das Flores e as feiras e eventos corporativos, do calendário fixo da cidade, como a Interplast, Intermach e Expogestão foram considerados os ativos turísticos determinantes para a construção das políticas públicas de turismo de Joinville. O Festival de Dança de Joinville, consagrou-se como a principal marca turística do destino, recebendo reconhecimento nacional e internacional. Assim, os eventos podem ser considerados como a linha norteadora do planejamento turístico local.

A partir desta análise, foi possível observar uma lógica clara entre as etapas do estudo e as evidências encontradas. O diagnóstico do percurso do desenvolvimento turístico de Joinville foi atendido pela sistematização das quatro fases históricas (1995–2024), identificando políticas públicas, eventos estruturantes e transformações institucionais. A aplicação do Modelo de Entrelaçamento foi concretizada na análise dessas fases, demonstrando a interação entre ativos turísticos, políticas públicas e stakeholders ao longo do tempo. Por fim, o grau de eficácia do modelo foi aferido na medida em que se evidenciou a sua aplicabilidade no destino de Joinville, mas também revelou limitações, como desigualdade de acesso e impactos ambientais.

A análise integrada das quatro fases confirma que a evolução do turismo de eventos em Joinville não se limita ao fortalecimento institucional apresentado ao longo do período, mas reflete um processo contínuo de reorganização

das políticas públicas e de reconfiguração das redes de atores. As evidências sistematizadas no presente estudo indicam que os eventos funcionaram como indutores de governança, ampliando a cooperação entre poder público, iniciativa privada e organizações culturais, especialmente em momentos de redefinição estratégica, como a criação da PROMOTUR, a elaboração dos planos setoriais recentes e a consolidação do destino na categoria “A” do Mapa do Turismo Brasileiro.

Essas transformações também revelam uma incidência distinta das políticas ao longo das fases. Nos períodos iniciais, prevaleceram ações voltadas à institucionalização do setor e à estruturação de equipamentos; posteriormente, predominou uma lógica de articulação territorial e qualificação das experiências culturais e esportivas; e, mais recentemente, observa-se o avanço de políticas orientadas por inovação, inteligência de dados e participação ampliada. A partir dessas mudanças, torna-se possível compreender de forma mais clara como a configuração das políticas influenciou a expansão da infraestrutura, o redesenho de instrumentos de planejamento e a consolidação de eventos estruturantes, contribuindo para melhorias percebidas na qualidade de vida, sobretudo em termos de ampliação da oferta cultural, dinamização econômica e fortalecimento da identidade local.

No entanto, os resultados também evidenciam limites que precisam ser considerados. O relatório destaca assimetrias na apropriação dos benefícios, desafios de equidade no acesso a equipamentos culturais e fragilidades persistentes na integração entre políticas urbanas e turísticas. Esses pontos reforçam a necessidade de uma leitura crítica da trajetória do destino e demonstram que a consolidação do turismo de eventos como política pública depende de uma governança flexível, capaz de equilibrar interesses econômicos, demandas sociais e impactos ambientais. Assim, a síntese das evidências confirma a pertinência do Modelo de Entrelaçamento, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para sua aplicação refinada em análises futuras.

As experiências de Joinville, portanto, corroboram a aplicabilidade do Modelo de Entrelaçamento, ao mesmo tempo em que revelam seus limites. Se, por um lado, o modelo auxilia na compreensão do desenvolvimento turístico em fases, por outro, a realidade de Joinville indica a necessidade de incorporar dimensões mais dinâmicas, como a atuação dos stakeholders em redes complexas e a tensão permanente entre crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social. Assim, o futuro do turismo de eventos em Joinville dependerá da capacidade de inovação em políticas públicas que articulem múltiplos atores e promovam benefícios efetivos para toda a comunidade.

5 CONCLUSÕES

A aplicação empírica do Modelo de Entrelaçamento permitiu avançar na compreensão de como eventos estruturantes operam como dispositivos de articulação entre políticas públicas, ativos turísticos e redes de stakeholders ao longo do tempo. O estudo evidencia que o modelo não apenas descreve estágios de desenvolvimento, mas explicita pontos de inflexão nos quais se redefinem prioridades institucionais, escalas de governança e relações de poder, contribuindo para o debate internacional sobre modelos dinâmicos de avaliação de políticas de turismo.

Do ponto de vista prático, os resultados oferecem subsídios diretos para a gestão pública ao demonstrar que a consolidação do turismo de eventos depende da coerência entre planejamento estratégico, instrumentos de governança participativa e monitoramento contínuo de impactos. A sistematização das fases evidencia que gestores podem utilizar o modelo como ferramenta de diagnóstico e de apoio à tomada de decisão, especialmente na definição de prioridades de investimento, no fortalecimento de instâncias colegiadas e na articulação entre políticas culturais, urbanas e turísticas.

A análise documental permitiu identificar tendências consistentes na relação entre eventos, políticas públicas e desenvolvimento local, ainda que não tenha sido possível apresentar séries históricas quantitativas sobre seus efeitos. Os documentos oficiais e os planos estratégicos recentes evidenciam que o setor de eventos tem sido utilizado como indutor de dinamização cultural e econômica, ampliando a oferta de atividades e reforçando a visibilidade do destino. Ao mesmo tempo, o relatório destaca desafios persistentes, como desigualdades no acesso a equipamentos culturais, fragilidades na distribuição territorial das ações e tensões entre prioridades turísticas e demandas sociais. Nesse contexto, tanto o Plano Municipal de Turismo (2022) quanto o Plano de Desenvolvimento Econômico (2022) apontam avanços ao incorporar diretrizes voltadas à melhoria da qualidade de vida, à integração intersetorial e à necessidade de equilibrar os benefícios do turismo com impactos socioambientais identificados ao longo do período analisado.

As contribuições deste estudo não se restringem ao caso de Joinville. O Modelo de Entrelaçamento, ao articular dimensões temporais e relacionais, apresenta-se como uma ferramenta teórica robusta para futuros estudos em

políticas públicas de turismo. Sua aplicação em outros destinos, como já realizado em Gramado (Brasil) e Rovaniemi (Finlândia), confirma sua utilidade como modelo comparativo e como instrumento para monitorar o papel dos stakeholders na evolução das políticas e na consolidação das marcas turísticas. Além disso, sua flexibilidade metodológica permite que seja adaptado a contextos diversos, incluindo cidades médias brasileiras que enfrentam desafios semelhantes de governança, sustentabilidade e inclusão social.

No entanto, algumas limitações foram identificadas. Entre as limitações do estudo, destaca-se a dependência de fontes documentais e a ausência de dados primários e indicadores quantitativos contínuos, o que restringe análises mais aprofundadas sobre impactos distributivos e socioambientais. Pesquisas futuras podem avançar por meio da incorporação de entrevistas com gestores e residentes e a construção de sistemas de indicadores longitudinais, ampliando a capacidade analítica do Modelo de Entrelaçamento em diferentes contextos territoriais.

Em síntese, a análise de Joinville confirma a aplicabilidade do Modelo de Entrelaçamento e reforça sua relevância como aporte teórico e prático. Mais do que uma ferramenta de descrição histórica, o modelo permite compreender os pontos de inflexão e as redes de poder que moldam o desenvolvimento turístico. Dessa forma, apresenta-se como uma contribuição importante para o campo do turismo, oferecendo subsídios para gestores públicos e privados que busquem alinhar competitividade e inovação com inclusão social e bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

- Báez, A., & Devesa, M. (2014). Segmenting and profiling attendees of a film festival. *International Journal of Event and Festival Management*, 5(2), 96–115. <https://doi.org/10.1108/IJEFM-08-2013-0021>
- Barbosa, J. W. D. Q. (2024). Segmentação turística: conceitos e realidades. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 18, e-2826. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v18.2826>
- Berselli, C., Añaña, E. D. S., & Zucco, F. D. (2021). Um festival para chamar de meu: Análise dos impactos do Festival Internacional SESC de Música, e da sua relação com o orgulho comunitário e a qualidade de vida dos residentes. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 15, e-2036. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i3.2036>
- Brasil. (2016). Lei nº 13.314, de 19 de julho de 2016. Reconhece o Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, como a Capital Nacional da Dança. Brasília: Presidência da República. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13314.htm.
- Butler, R. (2009). Tourism in the future: Cycles, waves or wheels? *Futures*, 41(6), 346–352. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2008.11.002>
- Cavallin Toscani, A., Vendraminelli, L., & Vinelli, A. (2024). Environmental sustainability in the event industry: A systematic review and a research agenda. *Journal of Sustainable Tourism*, 32(12), 2663–2697. <https://doi.org/10.1080/09669582.2024.2309544>
- Connell, J., Page, S. J., & Meyer, D. (2015). Visitor attractions and events: Responding to seasonality. *Tourism Management*, 46, 283-298. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.06.013> Get rights and content.
- Contrei Consultoria e Treinamento Ltda. (2009). Plano de fortalecimento da gestão pública do turismo de Joinville - SC: Etapa 05 - Plano de fortalecimento institucional. Contrei Consultoria.
- Costa, C. M. M. (2006). Tourism planning, development and the territory. In D. Buhalis & C. Costa (Eds.), *Tourism management dynamics: Trends, management and tools* (pp. 236–243). Elsevier. <https://opac.feb.uinjkt.ac.id/repository/c6224eadc39247b947c41830993a05e8.pdf#page=261>
- Couto, B. G. D. (2023). Cidades criativas ea agenda internacional das políticas turístico-culturais de renovação urbana. *Cadernos Metrópole*, 25(57), 397-418. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5702>
- Dalonso, Y. D. S. (2015). Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento turístico das cidades de Gramado (Brasil) e Rovaniemi (Finlândia) [Tese de doutorado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/38439>
- Dalonso, Y. D. S., Lourenço, J. M., Remoaldo, P. C. A., & Panosso Netto, A. (2024). Tourism destinations applying the intertwining model. In N. Scott, M. Guerreiro, & P. Pinto (Eds.), *Managing destinations: From theories to practices* (Vol. 14, pp. 111–126). Emerald Publishing. <https://doi.org/10.1108/S2042-144320240000014009>

- Dalonso, Y. S., Lourenço, J. M., Remoaldo, P. C., & Netto, A. P. (2014). Tourism experience, events and public policies. *Annals of Tourism Research*, 46, 181–184. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2014.03.006>
- Dalonso, Y. S., & Lourenço, J. M. (2011). Brazil and the FIFA World Cup 2014: A look beyond the spotlight. *Tourism & Management Studies*, 7(1), 518–528. <https://tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/216>
- Dimitrovski, D., Đurađević, M., Senić, V., & Kostić, M. (2022). A joyful river ride: A transformative event experience. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 39, 100502. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2022.100502>
- Dioko, L. D. A. (2024). The content and structure of tourism and public policies: A temporal analysis of stability and change. *Cornell Hospitality Quarterly*, 65(1), 7-33. <https://doi.org/10.1177/19389655231182086>
- dos Santos, J. M., & Faustino, R. B. (2017). ST 3 Megaeventos esportivos como restrição do direito à cidade: Jogos Olímpicos e violação dos direitos humanos no Brasil. *Anais ENANPUR*, 17(1). https://xviienanpur.anpur.org.br/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%203/ST%203.7/ST%203.7-03.pdf
- Duignan, M. B. (2023). Thirty years of events-related research (1992–2022): Published works in annals of tourism research and annals of tourism research empirical insights. *Annals of Tourism Research*, 100, 103556. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2023.103556>
- Endres, A. V., & Pakman, E. T. (2019). A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13, 1–18. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i1.1431>
- Farrell, B.H., & Twining-Ward, L. (2004). Reconceptualizing tourism. *Annals of Tourism Research*, 31(2), 274-295. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2003.12.002>
- Festa das Flores. (2024). Sobre a Festa. <https://festadasflores.com.br/>
- Getz, D. (2007). *Event studies: Theory, research and policy for planned events*. Elsevier/Butterworth-Heinemann. <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781003374251/event-studies-stephen-page-donald-getz>
- Getz, D. (2008). Event tourism: Definition, evolution, and research. *Tourism Management*, 29(3), 403–428. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.07.017>
- Getz, D. (2012). Event studies: Discourses and future directions. *Event Management*, 16(2), 171–187. <https://doi.org/10.3727/152599512X13343565268456>
- Gursoy, D., Spangenberg, E. R., & Rutherford, D. G. (2006). The hedonic and utilitarian dimensions of attendees' attitudes toward festivals. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 30(3), 279–294. <https://doi.org/10.1177/1096348006287162>
- Gusmão de Oliveira, N. (2015). Os mecanismos de controle do campo de produção do espetáculo esportivo e da produção da cidade. <http://www.memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/173/1/IU026%20-%20Nelma%20oliveira.pdf>
- Hall, M. (2018). Resilience in tourism, Development, Theory, and application. En Cheer, M. y Lew, A. (Eds). *Tourism, Resilience and Sustainability, Adapting to Social, Political and Economic Change*. (18-33). London: Routledge.
- Hamid, S., & Bano, N. (2021). Intention to visit eco-friendly destinations for tourism experiences: An extended theory of planned behavior. *Journal of Tourism, Sustainability and Well-Being*, 9(4), 343–364. <https://www.jsodcieo.net/journal-tsw/index.php/jtsw/article/view/297>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2024). Cidades e Estados: Joinville. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/joinville.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2023). Cidades e Estados: Joinville. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>
- Kim, K., Uysal, M., & Sirgy, M. J. (2013). How does tourism in a community impact the quality of life of community residents? *Tourism Management*, 36, 527–540. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.09.005>

- Klepej, D., & Marot, N. (2024). Considering urban tourism in strategic spatial planning. *Annals of Tourism Research Empirical Insights*, 5(2), 100136. <https://doi.org/10.1016/j.annale.2024.100136>
- Leis Municipais. (1995). Lei Ordinária nº 3.169, de 21 de julho de 1995: Cria o Conselho Municipal de Turismo. Leis Municipais. <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/1995/317/3169/lei-ordinaria-n-3169-1995-cria-o-conselho-municipal-de-turismo?q=3169>
- Maracajá, K. F. B., Quadros, V. L., Walkowski, M., & Panosso Netto, A. (2025). A análise crítica do programa de regionalização do turismo nos planos nacionais de turismo do Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 19, 1–16. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v19.3053>
- Milne, S. y Ateljevic, I. (2001). Tourism, economic development and the global-local nexus: Theory embracing complexity. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 3(4), 369–393. <https://doi.org/doi.org/10.1080/146166800110070478>
- Ministério do Turismo. (2025). Caminho dos Príncipes. <https://regionalizacao.turismo.gov.br/images/publicacoes/Caminho%20dos%20principes.pdf>
- Ministério do Turismo. (2024). Mapa do Turismo Brasileiro. Mapa do Turismo Brasileiro. <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>
- Moyle, B. D., Croy, W. G., & Weiler, B. (2010). Community perceptions of tourism: Bruny and Magnetic Islands, Australia. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 15(3), 353–366. <https://doi.org/10.1080/10941665.2010.503625>
- O'Sullivan, D., & Jackson, M. J. (2002). Festival tourism: A contributor to sustainable local economic development? *Journal of Sustainable Tourism*, 10(4), 325–342. <https://doi.org/10.1080/09669580208667171>
- Organ, K., Koenig-Lewis, N., Palmer, A., & Probert, J. (2015). Festivals as agents for behaviour change: A study of food festival and consumer food choices. *Tourism Management*, 48, 84–93. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.10.021>
- Ormerod, N., & Wood, E. H. (2021). Regional event tourism funding policies: A strategic-relational critique of current practice. *Journal of Travel Research*, 60(4), 860–877
- Paes, M. T. D. (2017). Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *GEOUSP Espaço E Tempo (Online)*, 21(3), 667–684. <https://www.academia.edu/download/119914239/138749.pdf>
- Paiva, R. A. (2015). Eventos e megaeventos: ócio e negócio no turismo. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 9(3), 479–499. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v9i3.890>
- Paiva, R. A. (2016). Megaeventos: a arquitetura do espetáculo e o espetáculo da arquitetura. In H. Vargas & R. A. Paiva (Orgs.), *Turismo, arquitetura e cidade* (pp. 289–314). Manole.
- Pham, K., Andereck, K. L., & Vogt, C. A. (2025). Stakeholders' involvement in an evidence-based sustainable tourism plan. *Journal of Sustainable Tourism*, 33(4), 673–696. <https://doi.org/10.1080/09669582.2023.2259117>
- Petinginga, C. S. (2008). Festival de verão de Salvador: Significado para o turismo, a música independente, a economia e o marketing da cidade [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia].
- Plano Municipal de Turismo de Joinville. (2022). Plano Municipal de Turismo de Joinville: Cidade empreendedora - Edição 2022. Prefeitura Municipal de Joinville.
- Schnitzer, M., Walde, J., Scheiber, S., Nagiller, R., & Tappeiner, G. (2019). Does the young residents' experience with the Youth Olympic Games influence the support for staging the Olympic Games? *Tourism Management Perspectives*, 30, 220–231. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2019.03.002>
- Scalabrini, E. C. B., & da Silva Dalonso, Y. (2018). Impactos dos eventos em destinos turísticos: Um estudo de caso na cidade de Joinville, SC, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 29(2), 332–348. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i2p332-348>
- Scott, N., Guerreiro, M., & Pinto, P. (Eds.). (2024). *Managing destinations: From theories to practices*. Emerald Publishing. <https://doi.org/10.1108/S2042-1443202414>

- Sebrae/SC, & Prefeitura Municipal de Joinville. (2022). Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Municipal de Joinville (PEDEM). Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.
- Silva, A. S., & Souza, A. G. D. (2018). Cultura, sustentabilidade e a imagem de destinos turísticos: Um estudo comparativo nas sub-regiões do Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12, 124–153. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i3.1417>
- Uvinha, R. R., Chan, C. S., Man, C. K., & Marafa, L. M. (2018). Turismo esportivo: uma análise comparativa entre residentes do Brasil e de Hong Kong. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 12(1), 180–206. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i1.1374>
- Uvinha, R. R. (2016). Turismo, lazer e megaeventos esportivos no Brasil: Relato de experiências sobre as Olimpíadas 2016. *Revista Turismo em Análise*, 27(3), 714–731. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v27i3p714-731>
- Uysal, M., Sirgy, M. J., & Perdue, R. R. (2012). The missing links and future research directions. In M. Uysal, R. Perdue, & M. J. Sirgy (Eds.), *Handbook of tourism and quality-of-life research: Enhancing the lives of tourists and residents of host communities* (pp. 669–684). Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-007-2288-0_38
- Whitford, M. (2011). A framework for the development of event public policy: Facilitating regional development. *Tourism Management*, 30(5), 674–682. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2008.10.018>
- Woo, E., Kim, H., & Uysal, M. (2015). Life satisfaction and support for tourism development. *Annals of Tourism Research*, 50, 84–97. <http://dx.doi.org/10.1016/j.annals.2014.11.001>
- World Travel & Tourism Council – WTTC (2014). *Travel & Tourism Economic Impact 2014 World*. < <https://www.hospitalitynet.org/file/152005348.pdf>
- Yolal, M., Gursoy, D., Uysal, M., Kim, H. L., & Karacaoğlu, S. (2016). Impacts of festivals and events on residents' well-being. *Annals of Tourism Research*, 61, 1–18. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2016.07.008>
- Xu, Q., Zhong, M., Cheng, H., & Li, X. (2024). Does public policy alleviate the impact of political risks on international tourism? *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 16(3), 445–467. <https://doi.org/10.1080/19407963.2022.2069115>

Declaração de Disponibilidade de dados

Todos os dados relevantes estão disponíveis no texto.

Informação dos Autores

Yoná da Silva Dalonso

Possui graduação em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (1998), mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2004), doutorado em Geografia pela Universidade do Minho (2015), com pós-doutorado pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, IEA/USP (2024). É professora, pesquisadora e extensionista da Universidade da Região de Joinville – Univille.

Contribuições: Conceituação, Curadoria de dados, Análise formal, Obtenção de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Validação, Redação do manuscrito original, Redação - revisão e edição.

Email: yonadalonso@univille.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5868-0681>

Ricardo Ricci Uvinha

Professor Titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo EACH/USP. Docente do Bacharelado em Lazer e Turismo e Orientador permanente no Programa de Pós-Graduação em Turismo da USP. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer GIEL/USP/CNPq. Supervisor de Pós-Doutorado no Instituto de Estudos Avançados IEA/USP. Possui Doutorado em Turismo e Lazer pela USP, Pós-Doutorado pela Griffith University Austrália e Livre-Docência pela USP.

Contribuições: Conceituação, Análise formal, Obtenção de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Validação, Visualização, Redação - revisão e edição.

Email: uvinha@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2936-9453>